

IMPrensa NEGRA: MEMÓRIAS, PATRIMÔNIOS DOCUMENTAIS E EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

Juliana Ribeiro de Vargas

Maria Angélica Zubaran

Resumo

O presente estudo discute, inicialmente, os conceitos de memória e de patrimônios documentais, na perspectiva de teóricos das ciências sociais e humanas. Em segundo lugar, analisa o impacto da ausência das memórias negras, na constituição de identidades negras e na educação dos sujeitos afrodescendentes. Por último, a partir de pesquisas realizadas sobre a imprensa negra, mais especificamente, sobre o jornal *O Exemplo* (1892-1930), de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, enfatiza a importância da preservação de acervos relativos às memórias negras, para os processos de construção de identidades negras e para a escrita de histórias antirracistas de negros (as) no Brasil.

Inicialmente, buscamos neste artigo, visibilizar e problematizar a relação entre memória e documento, a partir da interpretação de alguns teóricos das ciências humanas e sociais. Posteriormente, analisamos o impacto da ausência dessas memórias na constituição das identidades negras e na educação de afrodescendentes. Por último, a partir de pesquisas realizadas sobre a imprensa negra, mais especificamente, sobre o jornal *O Exemplo* (1892-1930), procuramos contribuir para a discussão da preservação e do acesso ao patrimônio documental afro-brasileiro como um direito às memórias negras e, ainda, como uma dimensão fundamental da cidadania e da educação da população afrodescendente.

Em uma sociedade multicultural e pluriétnica, como a brasileira, entende-se que se torna cada vez mais importante o incentivo à preservação de memórias e acervos constitutivos da diversidade social, étnica e cultural brasileira, para que grupos minoritários possam ter assegurado o direito de acesso a suas memórias. No caso específico das memórias negras, conforme afirmou Emanuel Araújo (2004), trata-se de recuperar, para negros e negras, certa autoestima e de construir referências positivas para a comunidade afrodescendente, além de contribuir para o reconhecimento e a valorização da cultura negra e de suas contribuições à História do Brasil. Neste sentido, entende-se que a defesa da preservação de documentos e de coleções, como suportes de memórias sociais de grupos minoritários, contribui no processo de

afirmação de identidades e na conquista de direitos de diferentes grupos sociais excluídos e ocultados na história oficial do Brasil.

Memória e Documento

O alargamento da noção de documento, a partir dos anos de 1960, marcou o fim da ilusão positivista da existência de documentos objetivos e inócuos, e de memórias neutras e inocentes, levando à valorização das memórias coletivas e ao entendimento do documento como um monumento. Neste contexto, Jacques Le Goff (1996) afirmou que o documento passou a ser entendido:

[...]como o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história da época, da sociedade que o produziu, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio.(LE GOFF, 1996, p. 545)

Desta forma, entende-se que guardar determinados documentos em detrimento de outros, relaciona-se ao empenho das sociedades em impor ao futuro certa imagem de si próprias, selecionando determinadas memórias e relegando outras ao esquecimento.

Já Heloisa Liberalli Bellotto (2010) sublinha que o termo documento pode ser definido como “toda a experiência humana ou manifestação da natureza, que esteja registrada em um suporte de onde a informação possa ser conhecida e transferida a qualquer momento em que dela se necessite” (2010, p. 76). No entanto, a autora adverte que há uma gama de diferenciação entre os tipos de documentos que pode advir de seu suporte, da forma, do formato, do gênero e da espécie de signos usados para se registrar a informação. Porém, enquanto inerente à sociedade que o produz, o documento é um elemento integrante do patrimônio cultural, que como patrimônio documental, passa a ter outras utilidades culturais, sociais e educativas.

Quanto ao conceito de memória coletiva, Maurice Halbwachs (1999) pontua que a memória não designa uma faculdade, mas é uma representação que membros de um grupo vão produzir a respeito da memória supostamente comum aos membros desse grupo. Recentemente, Jöel Candau (2011), destacou esse caráter seletivo das memórias, afirmando que a memória é o resultado de um trabalho de organização e de seleção do que é importante para o sentimento de unidade e de continuidade de um grupo. O autor sublinhou ainda, que

memória e identidade estão indissolúvelmente ligadas, que “se conjugam, se nutrem mutuamente e se apoiam uma na outra” (CANDAUI, 2011, p. 16).

Pesquisadores da memória nas ciências humanas e sociais, em geral admitem que as memórias são construções sociais e culturais e que não há uma memória essencial e imutável, que possa ser recuperada na sua totalidade no passado. Como afirma Ulpiano Bezerra de Meneses (1992, p. 49), não se pode pensar em resgatar memórias “como se resgata um menino que caiu no poço”. Ao contrário, a memória está relacionada aos processos da lembrança e do esquecimento, tanto em nível individual como coletivo, em que interagem questões subjetivas e afetivas imbricadas às reelaborações do passado que se fazem a partir do presente. Ademais, a memória coletiva é sempre ressignificada pelos grupos sociais que atribuem novos significados ao passado. Portanto, podem-se considerar os patrimônios documentais como documentos portadores de referências às memórias e às identidades sociais, nacionais, regionais e locais, cuja preservação é de inegável relevância para o conhecimento da história dos mais diversos grupos formadores da nação.

No Brasil, durante muito tempo, as memórias e histórias dos afro-brasileiros limitaram-se à reiteração do estigma da escravidão, à representação do negro como escravo, vítima submissa dos castigos e infortúnios sofridos na sociedade escravista, esquecendo-se e negligenciando-se suas lutas, conquistas e, sobretudo, sua história. Desta forma, perdia-se de vista as reinvenções da cultura e da história afro-brasileira, no período pós-abolição e até a atualidade.

Michel Pollack (1989), ao refletir sobre as memórias negras, destacou que são memórias subterrâneas, marginalizadas ou silenciadas, parte integrante de culturas minoritárias, que afloram em momentos de crise, onde haja conflito entre memórias concorrentes. No Brasil, foi nas décadas de 1980 e 1990, no período de redemocratização da sociedade brasileira, que as memórias negras, paulatinamente, deixaram de ser subterrâneas e se tornaram memórias emergentes, passando a ocupar um lugar de destaque nas políticas públicas, particularmente, naquelas relacionadas à educação das relações étnico-raciais. Os chamados novos movimentos sociais e suas políticas de identidade possibilitaram que diferentes grupos sociais, étnicos e culturais, reivindicassem o direito a suas memórias e buscassem institucionalizá-las no espaço público.

Sobre a crescente visibilidade das memórias negras, José Rivair Macedo (2012) destaca que o reconhecimento formal da existência do racismo pelo governo brasileiro, a partir de 1994, tirou o Estado da posição de passividade e o obrigou a tomar medidas de caráter afirmativo. Entre essas políticas governamentais de ação afirmativa, visando à

preservação das memórias das populações minoritárias, destacam-se as Leis nº 10.639/2003 e nº11.645/2008, que tornaram obrigatório o ensino da história e da cultura afro-brasileira e indígena nos currículos das escolas públicas e particulares do ensino fundamental e médio da educação básica e estimularam as instituições educativas a repensarem as memórias e as histórias afro-brasileiras e indígenas. Portanto, pode-se afirmar que o acesso às memórias e aos patrimônios documentais, suportes dessas memórias, é um direito fundamental de cidadania e não um privilégio de alguns grupos.

Conforme aponta Lúcia de Fátima Guerra Ferreira (2008), a História do Brasil tem sido marcada por violações dos direitos humanos, no período ditatorial e em períodos mais remotos, como no período escravista e no pós-abolição, com o cerceamento dos direitos de amplos segmentos da sociedade que estão a exigir políticas públicas. A autora destaca ainda as dificuldades na localização de documentos para a produção da história desses grupos sociais excluídos devido à inexistência de registros ou de grandes lacunas, tendo em vista que, por longo tempo, construiu-se uma cultura de invisibilidade e se pode acrescentar, de silêncio, sobre os grupos minoritários na História oficial do Brasil.

O Impacto da Ausência de Memórias Negras nas Subjetividades e Identidades

Maria Aparecida Silva Bento (1999) observou que a ausência de referências aos índios, negros e mulheres durante muito tempo na História do Brasil e nos livros didáticos teve um impacto negativo na construção das identidades desses sujeitos. Segundo a autora, “sem uma memória positiva, sem conhecer figuras de destaque de seu povo e suas conquistas no campo das artes e das ciências, as crianças negras enfrentaram muitas dificuldades para formar uma identidade positiva de si e de seus iguais”(BENTO, 1999, p. 45).

Também Nilma Nilo Gomes (2002) afirmou que as concepções e práticas pedagógicas repletas de valores e representações negativas sobre o negro resultam, muitas vezes, na introjeção do fracasso e na exteriorização do mesmo, pelos alunos e alunas, expresso na relação de animosidade com a escola e com o corpo docente. Na mesma direção, Fábio Cerqueira (2005, p.102), em estudo sobre a educação patrimonial, lembrou que “os jovens das escolas públicas, a maioria afrodescendentes, não é capaz de situar a sua identidade cultural dentro do patrimônio público, o que constitui uma forma de auto exclusão cultural e identitária”.

Tal contexto exige a instauração de outras memórias, para além da “memória oficial”. Todavia, a construção dessas memórias alternativas não tem sido tarefa fácil, pela dificuldade

em se localizar registros da ação das classes populares e de outros grupos sociais, até mesmo pela força da oralidade na manutenção e construção de suas tradições culturais. É, nesse sentido, a preocupação deste estudo com a preservação e o acesso aos suportes materiais da memória, tanto pela sua relevância na produção do conhecimento histórico, como na perspectiva dos direitos humanos. Conforme afirma Meneses (1992, p. 18) “não é suficiente apenas dar voz aos silenciados. É imperioso detectar e entender as multiformes gradações e significações do silêncio e do esquecimento e suas regras e jogos”. Desta forma, vale apontar, conforme os estudos de Stuart Hall (1997), que os estereótipos étnico-raciais e o silêncio são as estratégias mais recorrentes de representação do negro e que o contínuo silêncio sobre o direito dos negros às suas memórias é uma das marcas do racismo da sociedade brasileira.

No entanto, como destaca Candau (2011, p. 50), é preciso relativizar o silêncio ou a negação do passado, que jamais é total, absoluta, definitiva: os relatos de lideranças negras, a música, a literatura e a poesia negras, o teatro negro e as coleções da imprensa negra são, neste sentido, exemplos de memórias negras que ressurgem contra a alienação cultural. Essas memórias negras, não apenas asseguram uma continuidade entre o passado e o presente dos afro-brasileiros, como também dão sentido às suas lutas pelo direito a sua cultura e a sua história.

O Jornal *O Exemplo*: Patrimônio Documental Afro-Brasileiro e Artefato Pedagógico

Nesse estudo, analisaremos as coleções do jornal *O Exemplo* (1892-1930), primeiro jornal da imprensa negra do Rio Grande do Sul, como um patrimônio documental afro-brasileiro, de inestimável valor histórico e cultural. Pretende-se enfatizar a importância da preservação desse patrimônio cultural afro-brasileiro, para assim garantir-se o acesso às memórias negras, como uma dimensão fundamental da cidadania. Compreendemos também que o referido jornal pode ser analisado como um artefato que possui uma produtividade pedagógica e, como já foi destacado por vários autores que trabalham com a imprensa negra, também acaba por educar, produzir e conduzir condutas e comportamentos. Nesse sentido, vale destacar, que a mídia, em seus distintos canais de comunicação, a exemplo do jornal, do rádio, da televisão e, atualmente, da internet, colabora para a constituição de identidades, em razão dos discursos que faz circular. Logo, é possível pensar que uma mídia como o jornal *O Exemplo* fomentou, em seu período de circulação, a moralização dos costumes e deu visibilidade ao protagonismo de lideranças negras em Porto Alegre (RS).

Em relação ao contexto das práticas de escolarização dos afrodescendentes no Brasil destacamos que, entre o Período Colonial e a Proclamação da República, a educação popular não era compreendida como uma preocupação do poder central. Desta forma, ordens religiosas, a exemplo dos Jesuítas, assumiam a gerência do ensino em muitas dimensões, oferecendo-o, preferencialmente, aos brancos e proprietários de posses, em suas residências e também nas escolas e nos conventos (ROCHA, 2011). Também as legislações corroboravam a exclusão dos negros e negras dos processos educativos formais, uma vez que dificultavam e/ou proibiam o seu acesso à escolarização. A própria Constituição de 1824 é exemplo desta afirmação, pois, apesar de preconizar o direito gratuito à instrução primária para todos os cidadãos, o acesso às escolas era proibido aos doentes de moléstias contagiosas, aos escravos e aos africanos, mesmo que já fossem livres ou libertos. (PASSOS, 2012). Na mesma esfera, o Decreto nº 1.331, de 17 de fevereiro de 1854, pontuava que nas escolas públicas não poderiam ser admitidos escravos. Já o Decreto nº 7.031-A, de 6 de setembro de 1878, autorizava o acesso dos negros às escolas, no período noturno, espaço no qual somente aqueles maiores de quatorze anos poderiam estudar (ROCHA, 2011).

Sobre a educação dos afrodescendentes, vale ainda destacar que, mesmo no período do pós-abolição, determinados mecanismos foram utilizados pelas instituições públicas de ensino para inibir e até mesmo impedir o acesso de negros e negras a seus quadros discentes e docentes. Neste sentido, concordamos com Rosa Margarida Carvalho Rocha (2011, p. 17), quando afirma que “a exclusão prossegue, pois, mesmo após a abolição da escravatura, tendo a população negra que enfrentar um quadro perverso de discriminação e preconceito, o acesso e a permanência na escola revestiram-se de grandes entraves [...]”.

Também no início do século XX, mantinham-se as dificuldades de ascensão social de negros e negras e, particularmente as mulheres, eram mantidas em posições subalternas. Estatísticas oficiais revelam um grande número de negras exercendo atividades, como empregadas domésticas, cozinheiras, lavadeiras, doceiras e prostitutas, nas principais cidades brasileiras.

A própria história de vida de uma das autoras deste artigo cruza-se com tais evidências, pois sua avó paterna, negra, nascida em 1904, trabalhou como lavadeira na antiga Aldeia dos Anjos e faleceu, assim como seu marido (também negro) sem saber ler, escrever ou ter frequentado a escola.¹ Quando pequena, essa avó foi morar com uma família branca, para a qual trabalhou como empregada doméstica antes de se casar e trabalhar como

¹A Aldeia dos Anjos refere-se, atualmente, ao município de Gravataí, região metropolitana de Porto Alegre (RS).

lavadeira. E na década de 1940, suas filhas repetiram a mesma trajetória, migrando para Porto Alegre, para o trabalho como domésticas.

Outros exemplos do difícil acesso de negros e negras à educação no Brasil, nas primeiras décadas do século XX, estão relacionados às exigências de uso de determinados materiais, de vestimentas adequadas e pela própria presença de um adulto responsável para a realização da matrícula das crianças e jovens afrodescendentes (SANTOS, 2014). Pode-se pensar que algumas destas práticas, mesmo nos tempos atuais, seguem afastando crianças e jovens, negros e negras, da continuidade da escolarização, principalmente no âmbito da educação básica. No entanto, mesmo com as dificuldades impostas pelas legislações e pela falta de recursos, recentes estudos apontam que a população negra foi capaz de se organizar e superar os entraves dos preconceitos e das discriminações na educação, muitas vezes valendo-se do sistema educacional informal para alfabetizar-se (GOMES; DOMINGUES, 2013).

É importante destacar ainda que associações, clubes negros recreativos e irmandades religiosas, a exemplo da Irmandade Nossa Senhora do Rosário (Porto Alegre/RS), dedicaram-se à educação dos filhos de afrodescendentes desde meados do século XIX. As associações negras chegavam a promover “campanhas em prol da educação veiculadas em vários periódicos destinados à população negra” (SANTOS, 2014, p. 26). O jornal *O Exemplo* foi palco de inúmeras campanhas desta ordem, as quais convocavam os negros e negras às práticas de escolarização, desde sua primeira edição, em dezembro de 1892.

Tamanha era a força desta demanda, que os organizadores do referido periódico fundaram uma escola, com o mesmo nome do jornal, em outubro de 1902. Além disto, membros do jornal anunciavam aulas particulares para o *Curso Elementar*, em suas residências e na sede do próprio jornal. Posteriormente, em 1904, as lideranças do *O Exemplo*, passaram a publicar artigos que incitavam as associações e clubes negros a assumirem o compromisso da instrução de seus integrantes, como podemos verificar: “Se os nossos homens [...] ocuparem-se em criar uma sociedade, de uma grande liga, alma instrutiva, beneficente e recreativa, [...] decerto a pujança desta associação, a grandeza de seus fins, [...] influiria de maneira benéfica sobre seus membros [...]” (*O Exemplo*, 19 de junho de 1904, p.1). Desta forma, compreendemos que tais fatos indicam a importância de associações, irmandades e da própria imprensa negra na educação de afrodescendentes.

De acordo com Miriam Ferrara (1986), os primeiros jornais negros do Brasil datam do final do século XIX e estão vinculados ao contexto imediato do pós-abolição, em São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Pernambuco e Rio Grande do Sul, e reúnem um grande número de temáticas, com especial atenção à educação, à moralização dos costumes e o combate ao

preconceito racial. Para José Antônio dos Santos (2011, p. 150), “a ideia central que definiu a imprensa negra foi a capacidade dos redatores em tornar os periódicos os principais meios de comunicação e protesto em defesa dos negros”.

No Rio Grande do Sul, como afirma Roberto Santos (2007), além do jornal *O Exemplo* (Porto Alegre, 1892-1930), houve uma série de outros jornais produzidos por negros no Estado: *A Cruzada* (Pelotas, 1905), *A Alvorada* (Pelotas, 1907-1965), *A Revolta* (Bagé, 1925), *A Navalha* (Santana do Livramento, 1931), *O Tição* (Porto Alegre, 1978), o *Folhetim do Zaire* (Porto Alegre, 1982-2005).

Quanto ao jornal *O Exemplo*, apareceu em Porto Alegre, em 11 de dezembro de 1892, como “Propriedade de uma Associação” que, segundo Liane Müller (2013), tratava-se da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário. O jornal foi fundado por um grupo de jovens negros, “moços esperançosos e ávidos de justiça”, que costumavam reunir-se em uma barbearia, o *Salão Calixto*, situado à Rua dos Andradas, no centro da cidade de Porto Alegre. O jornal circulou, com algumas interrupções, de 1892 até 1930, cobrindo um período de trinta e sete anos dedicado à história e à cultura do negro, no Brasil meridional. Portanto, suas coleções são testemunhos de inestimável valor histórico e cultural para a preservação e a valorização das memórias, da história e da cultura dos afro-brasileiros, bem como, para a construção de subjetividades e identidades negras.

Conforme declarou o poeta Oliveira Silveira, em reportagem ao jornal *Correio do Povo*, na década de 1970: “*O Exemplo* merece que se escreva em letras grandes nas encadernações de suas coleções: Cuidado, delicado, precioso, patrimônio cultural da comunidade negra em Porto Alegre” (SILVEIRA, Oliveira. *Correio do Povo*, 08/10/1972, p.22). Reproduzimos a seguir imagem da primeira página de uma edição fac-símile do primeiro número do jornal.



Figura 1 – Fac-símile do primeiro exemplar do jornal *O Exemplo* (11 dez. 1892, p. 1).

De acordo com o articulista do jornal, Antonio Lourenço, a fundação do jornal deu-se no contexto de um caso de preconceito e discriminação ocorrido contra Justino Coelho da Silva, que tendo sido classificado, em primeiro lugar, em concurso público estadual, foi surpreendido pela anulação do concurso, sob a alegação de que, apesar de suas “notórias aptidões, tinha o grande ‘defeito’ de não ser branca a cor de sua epiderme” (*O Exemplo*, 02 jan.1928, p. 1). De acordo com Márcilio Freitas, articulista deste jornal:

Foi então que, revoltados com esse insólito procedimento contra uma raça, resolvemos tomar sua defesa, dando combate a esse mesquinho preconceito, lançando no seio da imprensa sul-rio-grandense um jornal que fosse a síntese de nosso ideal e ao mesmo tempo a afirmação positiva e concretizadora que irradiava dos cérebros dos homens de cor. (FREITAS, Márcilio. *O Exemplo*, 02jan.1928, p. 1)

Já no editorial do primeiro exemplar, *O Exemplo* apresentava-se como porta voz “dos homens de cor” e manifestava-se contra o racismo científico, em voga entre as elites republicanas e contra as hierarquias baseadas na cor da pele:

Devemos mostrar à sociedade que também temos um cérebro que se desenvolve segundo o grau de estudo a que osujeitamos e, por consequência, também podemos nos alistarnas cruzadas empreendidas pela intelligência, muito emboraalguns queiram nos acoimar, ou porque desconheçam nossaslegítimas aspirações, ou porque façam parte dos que julgamo homem pela cor da epiderme. (*O Exemplo*, 11 dez. 1892, p. 1)

Inicialmente, *O Exemplo* era um jornal semanal, de quatro páginas, que saía aos domingos, de tiragem modesta, vendido pelos próprios editores, na sede do jornal, ou através de assinaturas semestrais. Na década de 1920, chegou a ter exemplares comemorativos de até 10 páginas. Conforme pesquisas realizadas até o presente momento, pode-se afirmar que a trajetória do jornal *O Exemplo* foi marcada por quatro fases relativas aos diferentes períodos de sua publicação: 1892/97, 1902/05, 1908/11 e 1914/30. Conforme afirmou Antonio Lourenço, um dos redatores do jornal, “embora fosse reconhecido por muitos a necessidade de sua existência, faltou-lhe o apoio que tanto merecia, e sua publicação foi interrompida várias vezes” (*O Exemplo*, 06 jan.1921, p. 1).

Na primeira fase, de 1892-1897, *O Exemplo* se mostrou quase que exclusivamente vinculado à comunidade negra, denunciando o preconceito étnico-racial, registrando as atividades sociais e culturais da comunidade negra, pregando a moralização de costumes e as vantagens da educação. Nesta fase, o primeiro diretor do jornal *O Exemplo* foi Arthur Ferreira de Andrade (1871-1925), um dos fundadores do jornal, que nasceu no mesmo ano em que foi promulgada a Lei do Ventre Livre, o que indica que viveu sua infância e adolescência durante o período escravista. Bacharelou-se em Ciência Jurídicas na Faculdade de Direito da capital e exerceu cargos em várias sociedades e irmandades. Era vice-presidente da Beneficência Porto-Alegrense e orador do Clube de Oficiais da Guarda Nacional. Faleceu no dia 11 de março de 1925, com 54 anos.

A segunda fase de *O Exemplo* inicia-se no começo do século XX, com o reaparecimento do jornal em 1902 e se estende, com algumas interrupções, até o ano de 1905. Nessa fase, a direção do jornal esteve a cargo de Esperidião Calisto, Tácito Pires e Vital Baptista e o periódico recebeu o subtítulo: *Jornal do Povo*. A partir daí, como apontou Oliveira Silveira,² “abriu-se para assuntos não-negros”, estabelecendo sólidas ligações com lideranças operárias, como foi o caso de Tácito Pires, líder operário. Já a terceira fase do jornal ocorreu ainda na primeira década do século XX, quando reapareceu em 1908 e se manteve até 1911, sem interrupções. Nesta época o diretor foi João Baptista Figueiredo.

A última fase do jornal estendeu-se do ano de 1916 até 1930. Nesta nova fase, particularmente a partir da década de 1920, sob a direção de Dário de Bittencourt, o jornal registrou a participação de inúmeros colaboradores brancos, como Raul Bopp, Arthur Damasceno, Vargas Neto, Dante Laitano, Jorge Bahlis e Walter Spalding. É bem provável que a abertura crescente para colaboradores brancos na redação do jornal, na década de 1920,

²Manuscritos de Oliveira Silveira, sob a guarda de sua filha Naiara Oliveira Silveira.

além de estar associada a uma ampliação do público do jornal, tenha também correspondido às necessidades financeiras do jornal, que sempre lutara com grandes dificuldades para circular e manter sua periodicidade. No último exemplar do jornal *O Exemplo*, em 02 jan. 1930, em tom de despedida, os redatores comentaram as dificuldades financeiras que o periódico atravessava e deixaram antever que *O Exemplo* chegava ao fim, homenageando os que contribuíram com o jornal, “os lutadores queridos”, conforme se observa nas declarações do último editorial do jornal:

No dia dos nossos trinta e sete anos de peregrinação com as realidades e as decepções, abraçamos, neste lúgubre fim de ano, os irmãos desta terra fecunda, boa e infeliz, e auguramos a todos os que se detêm as vistas nestas colunas um ano melhor, mais promissor, farto e bonançoso [...] e lembramos os lutadores queridos que se foram tão depressa da nossa companhia, sumidos na distância eterna do desconhecido e perto, muito perto, da nossa saudade que os chora e lhes rende um penhor de homenagens! (*O Exemplo*, 02 jan. 1930, p. 1)

Trajetórias de memória: as coleções do Jornal *O Exemplo*

O Exemplo chegou aos nossos dias em três coleções. A primeira coleção, a mais antiga e rara, que circulou na última década do século XIX, reúne 49 exemplares, iniciando em 11 dez.1892 e terminando em 10 nov.1895. Há ainda, um exemplar dessa primeira fase do jornal, do ano de 1897, na Biblioteca Rio-Grandense, na cidade de Rio Grande. Essa coleção do jornal *O Exemplo* do século XIX, pertenceu a Dario de Bittencourt, que foi o último diretor do jornal.³ Atuou em vários periódicos, foi redator do jornal republicano *A Federação* e participou de várias associações em Porto Alegre, pertencendo também à Academia de Letras do Rio Grande do Sul. O último exemplar do jornal *O Exemplo*, de 2 de janeiro de 1930, ainda traz no cabeçalho o nome de Dario de Bittencourt como diretor, precedido do título de Doutor, pois já concluíra o bacharelado em Ciências Jurídicas e Sociais (*O Exemplo*, 04 jan. 1925).

A segunda coleção do jornal *O Exemplo*, relativa às primeiras décadas do século XX, pertenceu originalmente ao acervo da *Biblioteca Pública Estadual do Rio Grande do Sul*, em Porto Alegre, na seção Rio Grande do Sul, compreendendo os anos de 1902 a 1905 e alguns exemplares da década de 1920. Essa coleção foi posteriormente transferida para o acervo da

³Sobre Dario de Bittencourt consultar José Antônio dos Santos (2008), *O Currículo Vitae como vestígio do passado. Dario de Bittencourt (1901-1974)*, uma eminência duplamente parda.(ANPUH-RS, 2008)

hemeroteca do *Museu de Comunicação Social Hipólito da Costa*, onde se encontra até hoje.

A terceira e última coleção do jornal, relativa à década de 1920, também pertenceu a Dario de Bittencourt e foi repassada ao *Círculo de Investigação e Pesquisas Literárias* (CIPEL) e, posteriormente, transferida para o acervo do *Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul* (IHGRGS), onde se encontra até o presente momento. Assim, pode-se afirmar que até chegar às instituições de pesquisa de Porto Alegre, a preservação das coleções do jornal *O Exemplo* foi resultado do cuidado e da valorização do acervo desse jornal pelas lideranças negras. Espera-se que tais instituições de memória continuem honrando essa tradição.

A análise da construção das identidades negras no jornal *O Exemplo* tem demonstrado que as lideranças negras, nas primeiras décadas do pós-abolição, representaram-se tanto como negras quanto como brasileiras, significando que naquele contexto era importante valer-se destas duas posições identitárias, fosse para combater os preconceitos étnico-raciais e a discriminação, ou para lutar pela inclusão social, na sociedade republicana no pós-abolição, enquanto cidadãos brasileiros. Neste sentido, na direção apontada por Regina Xavier e demais autores (2013), a experiência negra no Rio Grande do Sul, do final do século XIX e primeiras décadas da república, parece conformar-se às formas híbridas da experiência negra diaspórica, em outras partes da América.

É importante salientar ainda que o papel pedagógico do jornal *O Exemplo* contemplou a construção de um panteão de ilustres afro-brasileiros, produzindo modelos de negros com os quais a comunidade negra do sul do Brasil poderia se identificar e construir sua autoestima, além de inspirar-se na luta pela reivindicação de seus direitos no período do pós-abolição. No início do século XX, os redatores do jornal *O Exemplo* deram destaque à trajetória de negros de renome nacional, a maior parte deles abolicionistas, tais como: André Rebouças, Marcílio Dias, Cruz e Sousa, Luís Gama, José do Patrocínio, Henrique Dias e João Cândido. A partir da última fase do jornal, particularmente na década de 1920, os afro-brasileiros nomeados e homenageados nas páginas do *Exemplo* passaram a ser lideranças locais, membros do chamado Grupo Mantenedor do jornal, lembrados por ocasião de seus aniversários e funerais, com atributos positivos e socialmente reconhecidos como desejáveis para a comunidade negra, tais como “trabalhador”, “honesto”, “inteligente”, “probo”, “amigo fiel”, “bom marido”, “bom pai de família”. De acordo com Stuart Hall (1997), pode-se identificar aí uma estratégia de contestação ao regime racializado de representação, construído pelas elites brancas, que consistia em substituir as representações negativas geralmente atribuídas aos negros, por imagens positivas de negros.

Como já referimos, era evidente a preocupação dos editores do jornal com as campanhas pela escolarização de negros e negras, compreendidas por aqueles como um possível caminho para o progresso e para a construção de relações mais igualitárias, entre negros e brancos. O excerto a seguir corrobora essas afirmações:

Hoje, que o direito fraterno assiste [...] colaborar para o complemento da grande obra da civilização moderna, mostrando-lhes o caminho da instrução em cuja estrada se encontra a entrada do edifício da igualdade. É por isso que damos o brado de alarma, alimentando em nosso coração a fé de que esse brado repercutirá em todos os ângulos desse Estado, despertando os nossos irmãos que se tem olvidado de mandar ao colégio seus filhos para receberem a instrução, tão necessária a vida do homem; d'esse princípio de levantamento intelectual há de forçosamente vir o progresso e a felicidade de nossa raça, quiçá uma das mais inteligentes do universo [...]. (*O Exemplo*, 23jul.1893, p. 2)

Outro aspecto constitutivo das memórias negras revelado no jornal *O Exemplo* foi a importância de memórias de famílias negras, cujas trajetórias positivas, inclusive na educação e na cultura, contribuem para a construção de identidades negras afirmativas, distanciando-se do estereótipos de fracasso e anomia social dos negros, no pós-abolição. Entre os membros do jornal encontra-se a presença de pais e irmãos que circulavam por várias sociedades e clubes negros da cidade, associações religiosas, de futebol, carnavalescas, o que lhes permitiu construir uma rede de sociabilidades que foi fundamental na construção de suas identidades.⁴ Reproduzimos, a seguir, fotografias de famílias que participaram como diretores e redatores do jornal *O Exemplo*:



Figura 2 – Família Bittencourt (imagem adaptada)(*O Exemplo*,01 jan. 1921).

⁴Para detalhes sobre as sociedades e clubes negros em Porto Alegre/RS e sobre a circulação das lideranças negras nas sociedades e clubes negros, consultar: MÜLLER (2013); SANTOS(2011) e BOHRER(2014).



Figura 3 – Família Silva (imagem adaptada) (O Exemplo, 01 jan. 1921).

Atualmente, o projeto *O Direito às Memórias Negras: Preservando o Patrimônio Afro-Brasileiro nas coleções do Jornal O Exemplo (1892-1930)*, preservou em formato digital e disponibilizou para acesso público *online*, três coleções do jornal *O Exemplo*, disponíveis na plataforma Cultura Digital, do Ministério da Cultura. Trata-se de preservar parte do rico patrimônio afro-brasileiro, cuja preservação digital possui uma função social importante: garantir aos diferentes grupos sociais, étnicos e culturais da sociedade brasileira, o direito às suas memórias, cultura e história, no período que se estende de 1892 a 1930.

Conclusão

Este estudo buscou demonstrar a importância da preservação de acervos documentais portadores de referência às identidades de grupos minoritários, formadores da nação brasileira, como forma de garantir o acesso de diferentes segmentos sociais, culturais e étnico-raciais a suas memórias. Além disto, a análise aqui realizada sugere uma articulação significativa entre memórias negras, preservação de patrimônios afrodescendentes e educação, para a construção de identidades negras positivas, assim como para a autoestima de negros e negras.

No caso particular da imprensa negra, as memórias negras registradas no jornal *O Exemplo*, podem servir, ainda, como fontes para novas pesquisas e interpretações de aspectos fundamentais da história e da cultura dos afrodescendentes no Brasil. Por outro lado, esse projeto dá continuidade às iniciativas de preservação do patrimônio afro-brasileiro, empreendidas pelas lideranças negras que nos antecederam e que tanto se empenharam para que as coleções do jornal *O Exemplo* fossem preservadas.

Por último, mas não menos importante, destacamos que patrimônios documentais de afrodescendentes, tais como o caso do jornal *O Exemplo*, ampliam sobremaneira, as possibilidades de pesquisa, na história da educação, de negros e negras no Brasil, promovendo e consolidando práticas de educação antirracista.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Emanuel. Negras memórias: o imaginário luso-afro-brasileiro e a herança da escravidão. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 18, n. 50, p.242-250, 2004.

BELLOTTO, Heloísa L. A função social dos arquivos e o patrimônio documental. In: PINHEIRO, Áurea da Paz; PELEGRINI, Sandra C.A. (Orgs.). **Tempo, memória e patrimônio cultural**. Teresina: EDUFPI, 2010. p. 73-84.

BENTO, Maria Aparecida. **Cidadania em preto e branco**. São Paulo: Ática, 1999.

BOHRER, Felipe Rodrigues. **A música na cadência da história: raça, classe e cultura em Porto Alegre no Pós-Abolição**. 2014. 234 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. Tradução de Maria Leticia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2011.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional**. São Paulo: Paz e Terra, 1977.

CERQUEIRA, Fábio Vergara. Patrimônio Cultural, Escola, Cidadania e Desenvolvimento Sustentável. **Diálogos**, Maringá, v. 9, n. 1, p.91-109, 2005.

FERRARA, Miriam Nicolau. **A imprensa negra paulista (1915-1963)**. São Paulo: FFLCH/USP, 1986.

FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. Direitos humanos e memórias. In: ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares et al. (Orgs.). **Direitos humanos: capacitação de educadores: fundamentos histórico-filosóficos e político-jurídicos da Educação em Direitos Humanos**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2008. p. 67-76.

GOMES, Nilma Lino. Educação e identidade negra. **Aletria: Alteridade em questão**, Belo Horizonte, POSLIT/CEL, Faculdade de Letras da UFMG, v. 6, n. 9, p.38-47, dez.2002.

GOMES, Flávio dos Santos; DOMINGUES, Petrônio. **Da nitidez e invisibilidade: legado do pós-emancipação no Brasil**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Editora Vértice, 1999.

HALL, Stuart. The Spectacle of the 'Other'. In: HALL, Stuart. **Representation, cultural representations and signifying practices**. London: Sage/Open University, 1997. p. 225-290.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 4. ed. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 1996.

MACEDO, José Rivair. Os educadores em face da legislação antirracista: o desafio necessário. In: CARVALHO, Iosvalyr Bittencourt Júnior; SABALLA, Adriana. (Orgs.). **Procedimentos didático-pedagógicos aplicáveis em história e cultura afro-brasileira**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012. p. 29-34.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra. A História, cativa da memória? **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 34, p. 9-24, 1992.

MÜLLER, Liane Susan. **As contas do meu rosário são balas de artilharia: irmandade, jornal e associações negras em Porto Alegre**. Porto Alegre: Pragmatha, 2013.

SILVEIRA, Oliveira. Três Coleções Preservam Jornal da Comunidade Negra. **Correio do Povo**, Porto Alegre, p.22, 08 de out de 1972.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.2, n.3, p.3-15, 1989.

PASSOS, Joana Célia dos. As desigualdades na escolarização da população negra e a Educação de Jovens e Adultos. **Revista Eja em Debate**, Florianópolis, v. 1, n. 1, p.137-158, 2012.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. **Imprensa negra no Brasil do século XIX**. São Paulo: Selo Negro, 2010.

ROCHA, Rosa Margarida de Carvalho. **Educação das relações étnico-raciais: pensando referenciais para a organização da prática pedagógica**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2011.

SANTOS, Roberto. **Pedagogias da negritude e identidades negras em Porto Alegre: jeitos de ser negro no Tição e no Folhetim do Zaire (1978/1988)**. 2007. 134f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Luterana do Brasil, 2007.

SANTOS, José Antônio dos. O Currículum Vitae como vestígio do passado. Dario de Bittencourt (1901-1974), uma eminência duplamente parda. In: IX ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA – Associação Nacional de História, Seção Rio Grande do Sul, 2008, Porto Alegre. Vestígios do Passado: A História e suas fontes. **Anais eletrônicos**. Porto Alegre: ANPUH, 2008. 1 v. Disponível em: <<http://www.eeh2008.anpuh-rs.org.br/site/anaiseletronicos>>. Acesso em: 18 set. 2015.

SANTOS, José Antônio dos. Uma arqueologia dos jornais negros no Brasil. **História**, Rio Grande, v. 2, n. 3, p. 143-160, 2011.

SANTOS, Isabel Silveira dos. Contando outras histórias sobre a educação de negros(as). In: KAERCHER, Gladis Silva; FURTADO, Tanara Forte. (Orgs.). **Curso de aperfeiçoamento UNIAFRO: política de promoção de igualdade racial na escola**. Porto Alegre: Evangraf, 2014. p. 11-32.

XAVIER, Regina Celia Lima et al. Raça, classe e cor: debates em torno da construção de identidades no Rio Grande do Sul no pós-abolição. In: XAVIER, Regina Celia Lima et

al.(Orgs.). **Cruzando fronteiras: novos olhares sobre a história do trabalho**. São Paulo: Cruzando Fronteiras, 2013. p. 103-132.

FONTES PRIMÁRIAS

Autor desconhecido. “O Exemplo”. **O Exemplo**, Porto Alegre, 11 dez. 1892, p.1.

Autor desconhecido. O Nosso Aniversário. **O Exemplo**, Porto Alegre, 02 jan. 1930, p. 1.

Autor desconhecido. As nossas Associações. **O Exemplo**, Porto Alegre, 19 jun. 1904, p.1.

CALISTO, Espiridião. Pelo Dever. **O Exemplo**, Porto Alegre, 23 jul. 1893, p.2.

FREITAS, Marcílio. O Aparecimento d’O Exemplo. **O Exemplo**, Porto Alegre, 02 jan. 1928, p.1.

LOURENÇO, Antonio. “O Exemplo”.**O Exemplo**, Porto Alegre, 06 jan. 1921, p. 1-2.